Impactos dos investimentos de recursos públicos em programas sociais sobre indicadores sociais brasileiros

Laís Atanaka Denúbila (UFV) - laisatanaka@yahoo.com.br

Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro (UFV) - doraliza_monteiro@yahoo.com.br

Resumo:

O objetivo principal deste estudo foi analisar o impacto das transferências de recursos públicos em programas sociais federais nos indicadores sociais brasileiros. Para a investigação proposta, se utilizou as análises, fatorial e de clusters, visando o agrupamento dos estados conforme a proximidade de seus indicadores sociais. Foram identificados 3 agrupamentos: (1) Estados com indicadores sociais bons, (2) Estados com indicadores sociais regulares, (3) Estados com indicadores sociais ruins. Constatou-se que o aumento do repasse social, a partir de 2004, resultou na trajetória positiva dos vários indicadores na maioria dos estados. No entanto, essa evolução apresentou-se melhor para os estados que já possuíam indicadores bons, e regular para os demais conjuntos de estados que demonstraram indicadores regulares e ruins em sua maioria. Conclui-se que o aumento do repasse ocasionou um impacto positivo na trajetória dos indicadores sociais para maioria dos estados, porém essa mudança foi melhor para os estados que já apresentavam indicadores bons.

Palavras-chave: *Recursos públicos, Indicadores sociais, Programa Bolsa Família*

Área temática: *Gestão de Custos no Setor Governamental*

Impactos dos investimentos de recursos públicos em programas sociais sobre indicadores sociais brasileiros

O objetivo principal deste estudo foi analisar o impacto das transferências de recursos públicos em programas sociais federais nos indicadores sociais brasileiros. Para a investigação proposta, se utilizou as análises, fatorial e de clusters, visando o agrupamento dos estados conforme a proximidade de seus indicadores sociais. Foram identificados 3 agrupamentos: (1) Estados com indicadores sociais bons, (2) Estados com indicadores sociais regulares, (3) Estados com indicadores sociais ruins. Constatou-se que o aumento do repasse social, a partir de 2004, resultou na trajetória positiva dos vários indicadores na maioria dos estados. No entanto, essa evolução apresentou-se melhor para os estados que já possuíam indicadores bons, e regular para os demais conjuntos de estados que demonstraram indicadores regulares e ruins em sua maioria. Conclui-se que o aumento do repasse ocasionou um impacto positivo na trajetória dos indicadores sociais para maioria dos estados, porém essa mudança foi melhor para os estados que já apresentavam indicadores bons.

Palavras-chave: Recursos públicos, Indicadores sociais, Programa Bolsa Família.

Área Temática: Gestão de Custos no Setor Governamental

1. Introdução

Desde a década de 1990, existe maior consciência nacional acerca da necessidade de conciliar o atendimento das demandas sociais com um maior rigor orçamentário (GIAMBIAGI e ALÉM, 2000), principalmente em um momento em que se discute no cenário nacional, a equidade, a transparência e a eficiência na alocação dos recursos públicos.

Dessa forma é um grande desafio para os que estão envolvidos em gestão pública encontrar respostas de como superar a escassez de recursos para fortalecer os elos das experiências de superação da pobreza. Fato reforçado pela carência de políticas sociais eficientes, em razão da necessidade de otimização dos recursos existentes, muito aquém das amplas necessidades sociais brasileiras.

As políticas governamentais realizadas no Brasil, principalmente nos dois últimos mandatos presidenciais (2003-2006/2007-2010), em que ações de desenvolvimento social se tornaram prioritárias, foram norteadores para a alocação dos recursos públicos e a realização de um conjunto de diretrizes e ações destinadas a proporcionar bens e serviços à população.

A criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2004, integrou os diversos ministérios responsáveis pelas políticas de proteção social brasileira (SILVA, 2007; MDS, 2007). Esse fator implicou o aumento significativo dos investimentos em políticas de proteção, assistência e desenvolvimento social, que se traduzem em programas e ações de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, assistência social e inclusão produtiva (SOUSA, 2006).

Os Programas Sociais do governo federal tem como objetivo central o combate a pobreza e a desigualdade, bem como melhorar educação, saúde, alimentação, habitação e condições de vida da população brasileira, principalmente as mais vulneráveis socialmente, visando a diminuição da pobreza intergeracional e efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal.

Esses programas emergem no contexto socioeconômico marcado pelo alto nível de desemprego, redução do rendimento proveniente do trabalho, crescimento da violência e a contundente pobreza e desigualdade social verificada em todo o mundo, especialmente no

Brasil.

Nessa direção, verifica-se que o fenômeno da pobreza e desigualdade social é latente na sociedade e os estudiosos apresentam muitas definições acerca destas, caracterizando esses temas como multidimensional, pela diversidade de percepções deles decorrentes. Assim torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores sociais que, devido ao seu caráter inter-relacional, influenciam, de forma direta ou indireta, o problema em análise (REPN, 2008).

Diversos são os indicadores que visam mensurar debilidades sociais no Brasil. Organismos federais e privados se esforçam na busca da mensuração da pobreza, da desigualdade, da escolaridade, da saúde e da habitação, os quais de destacam, as taxas de mortalidade e esperança de vida, taxas de pobreza, taxas de trabalho e emprego, índices de desigualdade, dentre outros

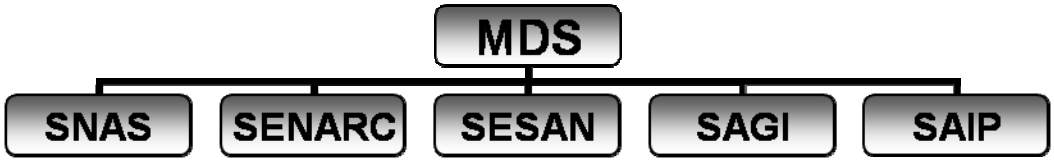
Portanto, o propósito desse estudo é analisar o comportamento dos indicadores sociais brasileiros coletados de diversos bancos de dados, para os anos de 2002 e 2006, no contexto anterior e posterior ao aumento dos investimentos de recursos públicos com a criação de diversos programas sociais, verificando, avanços ou não, no quadro social do Brasil. Busca-se responder se as transferências de recursos públicos em programas sociais do Governo Federal implicaram em algum impacto na melhoria das condições de vida da população brasileira, utilizando como *proxies* indicadores sociais brasileiros, isto é, foi utilizado variáveis para a representação de conceitos e de outras variáveis importantes para a construção desse. Elas são importantes, pois o processo de mensuração envolve a especificação das variáveis que servem como substitutos para aqueles.

Nesse intuito é de suma importância avaliar impactos desses programas, pois o seu estudo e análise permitem desenvolver elementos que ajudam a compreender e avaliar a disseminação de outras políticas, bem como verificar e mensurar o comportamento dos indicadores sociais brasileiros, como forma de avaliar o desenvolvimento social do país.

1.1. Programas Sociais

Com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2004, os diversos ministérios responsáveis pelas políticas de proteção social brasileira foram integrados, sendo eles, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (MESA), o Ministério da Assistência Social (MAS) e a Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família (SILVA, 2007; MDS, 2007).

Os Programas sociais do governo federal são motivados pela missão central do MDS, que é o de promover a inclusão social e a emancipação das famílias brasileiras, erradicando de forma definitiva a fome e a miséria no Brasil por meio de políticas públicas de proteção e promoção social (MDS, 2007). Assim, o MDS é composto por secretarias que exercem o papel de execução, avaliação e articulação institucional dos programas. O desenho organizacional do MDS (Figura 1) contempla a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) formando assim as secretarias responsáveis pela execução das políticas e programas sociais. O monitoramento e avaliação são realizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP) completa a estrutura do MDS.



Fonte: Construção dos autores.
Figura 1 - Desenho organizacional do MDS.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), realizada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), tem como meta a consolidação do direito à Assistência Social em todo o território nacional. Busca superar o clientelismo e a caridade que marcaram sua trajetória e garantir a efetividade dos direitos universais da PNAS. Seu principal objetivo é a implementação e a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que estabelece dois níveis de Proteção Social, Básica e Especial. O financiamento dos programas e serviços é viabilizado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), que transfere recursos para as instâncias descentralizadas nas esferas estaduais e municipais.

A Política Nacional de Renda de Cidadania, realizada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) em conjunto com os entes federados e a sociedade civil organizada, tem por objetivo promover o alívio imediato da pobreza e a ruptura do seu ciclo intergeracional por meio da transferência direta de renda com o cumprimento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação, garantindo o exercício de direitos sociais. Prevê a articulação das famílias em situação de pobreza e indigência a programas complementares voltados à promoção da cidadania e geração de trabalho e renda. Um programa da SENARC, por exemplo, é o Programa Bolsa Família (PBF).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), tem por objetivo garantir aos cidadãos o acesso à alimentação e à água em quantidade, qualidade e regularidade suficientes, de maneira sustentável e respeitando a diversidade cultural da população brasileira. A atuação dessa Secretaria consiste no desenvolvimento de programas, projetos e ações de produção e distribuição de alimentos, de apoio e incentivo à agricultura familiar, de desenvolvimento regional, de educação alimentar e nutricional e outros voltados a populações específicas, contribuindo assim para o conjunto da estratégia FOME ZERO.

De acordo com o MDS (2008), cerca de 60 milhões de pessoas são beneficiadas por seus programas, demonstrando grande cobertura de serviços e da rede de proteção social brasileira.

A tabela abaixo expõe os gastos com programas sociais desde a criação do MDS até 2007.

Tabela 1 – Gastos dos programas sociais do governo federal 2004 - 2007 (em milhões)

Secretaria	2004	2005	2006	2007	Total	Part. Rel.
1- Renda e Cidadania	5.596,46	6.490,06	7.372,41	8.151,12	27.610,06	88,21%
2- Assistência Social	326,77	495,54	888,66	1.012,33	2.723,30	8,70%
3- Segurança Alimentar e Nutricional	116,61	314,34	263,26	245,64	939,86	3,00%
4- Outros	6,39	6,93	11,35	3,75	28,42	0,91%
Total	6.046,22	7.306,88	8.535,70	9.412,85	31.301,64	100,00%

Fonte: MONTEIRO, 2008.
*Valores reais deflacionados com base no IPCA do ano de 2004.

Estudos de Monteiro (2008) destacam a predominância de recursos destinados à Secretaria de Renda e Cidadania (88, 21%), materializada no Programa Bolsa Família. Por esta razão, sustentam-se às afirmações de Sousa (2006) e Silva (2007), segundo os quais esse programa é prioridade do governo federal e passa a ser considerado eixo central de uma grande rede de proteção social implantada no país, sendo implementado de modo descentralizado em quase todos os municípios brasileiros.

2. Referencial Teórico

2.1. Pobreza e desigualdade social

Os temas pobreza e desigualdade ocuparam lugar de destaque na agenda política, nas últimas duas décadas de forma intensa.

Para muitos autores, pobreza não é só falta de dinheiro o que coincide com a dificuldade de sobreviver pelo não acesso à satisfação das necessidades básicas, mas também a impossibilidade de satisfazer outras exigências humanas que vão além da pura sobrevivência.

Existem outras concepções acerca da pobreza, que relevam o acesso a bens e serviços básicos, tais como condições de habitacionais e infra-estrutura urbana, como esgoto e saneamento, nível de escolaridade e saúde, como principais para conceber as condições de pobreza (BRONZO, 2008). O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estuda a pobreza através de muitas dimensões, que vão além do consumo. Outros fatores importantes incluem as doenças, o analfabetismo, a falta de acesso a serviços básicos, a insegurança, o isolamento físico ou social, e a vulnerabilidade à violência. Nesse sentido, a pobreza possui natureza multidimensional.

Além dessa concepção, há também aquela que considera as potencialidades, isto é, as características pessoais e atitudes que propiciam uma vida digna, sendo estas formadas por fatores psicossociais, como auto estima, auto respeito, autonomia, exercício pleno da cidadania. Essa última abordagem da pobreza, denominada como vulnerabilidade, trata dessa como um fator multidimensional e multivasional que vai além da carência monetária, perpassando aspectos menos tangíveis, como valores, visões, atitudes (MOSER, 1996; BURCHARDT, LE GRAND, PIACHAUD, 2002; DE HAAN, 2004 apud BRONZO, 2008).

A vulnerabilidade social expressa-se de diversos modos como uma sensibilidade e carência de recursos e instrumentos frente os riscos ocasionados pelas mudanças ambientais e conjunturais, em conjunto a uma avaria de oportunidades e desamparo institucional do Estado, no sentido da superação ou amenização das condições sociais. Essa não relaciona-se diretamente com a pobreza, ou seja, ela não apresenta-se apenas em indivíduos pobres,como também esses não possuem o mesmo nível de vulnerabilidade (BUSSO, 2001).

> La relevancia de la noción de vulnerabilidad social se relaciona con la posibilidad de captar cognitivamente cómo y por qué diferentes grupos y sectores de la sociedad están sometidos dinámica y heterogénea a procesos que atentan contra su subsistencia y capacidad de acceso a niveles de bienestar.En este sentido, la noción se orienta a enfocar su atención en la existencia y posibilidad de acceso a las fuentes y derechos básicos de bienestar (BUSSO, 2001, p. 4).

O enfrentamento da pobreza, mediante a administração dos riscos, abrange três elementos principais: posse de ativos, métodos de manejo desses ativos, e um contexto favorável construído pelo Estado, sociedade e comunidades (MIDEPLAN, 2002).*"El nivel de vulnerabilidad depende de varios factores que se relacionan, por un lado, con los riesgos de origen natural y social, y por otro, con los recursos y estrategias que disponen los individuos, hogares y comunidades" (Ibidem*, 2002, p. 33).

Assim, as políticas e programas sociais são fontes de prevenção e redução de riscos, principalmente nas áreas em que o mercado não funciona como o melhor mecanismo de regulação e solução da questão social, fortalecendo as potencialidades de contrapartidas aos riscos.

A pobreza muitas vezes provêm da desigualdade social, e esta última é entendida pela distribuição desigual de renda de um país ou região, e é um problema que afeta atualmente a maioria dos países, mas principalmente os países menos desenvolvidos. Este processo se dá quando a renda converge para uma mesma empresa, região ou grupo privilegiado de pessoas

(FERNANDES, 1995).

Sabe-se que qualidade de vida, bem-estar da população e o desenvolvimento econômico está diretamente relacionada à distribuição de renda. Nesse contexto, os programas sociais a exemplo do Programa Bolsa Família e o BPC, têm merecido destaque, sendo considerado por diversos autores, como políticas públicas apropriadas para o combate à pobreza e desigualdade (FLEURY, 2007).

2.2. Avaliação de Políticas Públicas

Pode-se considerar que grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo em que articulam os apoios necessários (RUA, 2006).

Embora o campo da política pública seja amplo, abrangendo diversos atores sociais como indivíduos, instituições, interações, ideologias e grupos de interesses, neste estudo, a política será tratada como um conjunto de programas ou objetivos que tem o Governo em determinada área, com consequência de fatos e decisões que implicam certa evolução ou modificação da realidade (CASTANHAR, 2006).

Nessa direção, um fator preponderante que aos poucos vem sendo incorporado ao cotidiano da administração pública é a avaliação de programas sociais, isso por que é crescente a exigência por parte da sociedade para que o Estado apresente maior eficiência e transparência na utilização dos fundos públicos (COTTA, 1998; CANO, 2004); (,. Esse instrumento gerencial torna-se ainda mais relevante haja vista o agravamento da crise fiscal e conseqüente escassez de recursos do governo.

Cohen e Franco (2007), conceituam avaliação como uma atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos.

O fato da avaliação consubstanciar-se em uma apresentação clara das regras estabelecidas, no rigor metodológico, na análise crítica e consciente, que leva a diagnósticos válidos e confiáveis, evitando conclusões superficiais, é que lhe confere o caráter de legitimidade (PESTANA apud FRASSON, 2001). Além disso, possui princípios de praticidade, utilidade e oportunidade, que decorrem do caráter prático da pesquisa avaliativa (AGUILAR e ANDER-EGG, 1995).

A avaliação de programas e projetos públicos pode ser classificada em três metodologias básicas: Avaliação de metas (realização de produção ou produtos), Avaliação de impacto (alcance do propósito ou missão) e avaliação de processos (SULBRANDT, 1993 apud COSTA e CASTANHAR, 2003).

Conforme os fins do presente estudo, foi utilizada a avaliação de impacto, a qual busca esclarecer quais foram os efeitos finais produzidos em uma população alvo ou comunidade em detrimento a determinadas ações ou programas, através da mensuração se as ações planejadas foram realmente executadas e os resultados finais esperados foram alcançados. E determinando relações de causa e consequência entre as intervenções de um programa e os resultados obtidos. Além disso, esse tipo de avaliação pode ser realizado durante a execução do programa, após o fim de etapas desse, ou com o término do mesmo (COSTA e CASTANHAR, 2003).

A avaliação de impacto, através da determinação da relação entre seus objetivos e resultados, indicam a efetividade dos programas ou projetos sociais. A avaliação de efetividade é imprescindível na medida em que o projeto pode estar alcançando seus objetivos (eficácia) e os recursos podem estar sendo aplicados de forma correta (eficiência), sem que o projeto esteja respondendo às necessidades ou provocando mudanças reais no público-alvo (efetividade). Daí a necessidade de se criar mecanismos que possibilitem avaliar o impacto

dos projetos desenvolvidos.

Sendo assim, o foco da pesquisa foi uma avaliação do impacto das transferências de recursos públicos em programas sociais do Governo Federal nos indicadores sociais do Brasil, buscando verificar melhorias nos indicadores sociais utilizados, através dos investimentos governamentais realizados

3. Metodologia

3.1. Fonte de dados

Para obtenção dos Gastos dos Programas Sociais do Governo Federal, foram utilizados dados da Controladoria-Geral da União (CGU), disponíveis no Portal Transparência. Já para as variáveis referentes aos indicadores sociais de todos os estados brasileiros foram utilizados dados dos seguintes bancos de dados: IPEADATA, DATASUS e IBGE (Quadro 1).

Quadro 1 – Descrição das variáveis e fonte de dados para o período 2002 e 2006.

Variável	Descrição	Fonte
REPS	Repasse dos programas sociais	CGU
POP	População	IBGE
TXBM	Taxa bruta de mortalidade	IBGE
EVN	Esperança de vida ao nascer	IBGE
TAN	Taxa de analfabetismo pessoas 15 ou mais anos	IBGE
MAEP	Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais	IBGE
GINI	Índice de Gini	IBGE
TXD	Taxa de desemprego	DATASUS
TTI	Taxa de trabalho infantil	DATASUS
PP	Proporção de pobres	IBGE
PPI	Proporção de indigentes	IPEADATA
RMP	Rendimento médio da população	IBGE
TMI	Taxa de mortalidade infantil	IBGE
RMPO	Rendimento médio dos mais pobres	IPEADATA

Fonte: Resultados da pesquisa.

3.2. Métodos de Pesquisa

3.2.1. Análise Exploratória dos Dados (AED)

Inicialmente realizou-se a Análise Exploratória de Dados (AED), que visa compreender, descrever e resumir o comportamento do conjunto de dados com o objetivo de conhecer suas características importantes.

Para Triola (2005), a AED permite o pesquisador investigar mais profundamente o conjunto de dados de modo a podermos identificar quaisquer características notáveis, especialmente àquelas que possam afetar fortemente os resultados e conclusões.

Compõe análise de medidas de tendência central como, média; medidas de dispersão como, desvio-padrão, coeficiente de variação, amplitude e assimetria, que visa verificar como os dados estão distribuídos e concentrados; e verificar a presença de *outliers*.

3.2.2. Análise Fatorial

Após a Análise Exploratória de Dados foi realizado a determinação de fatores, devido ao número de variáveis excessivo em relação ás observações (estados), incorrendo em um problema metodológico, em que a literatura sugere a redução das variáveis em fatores, e posterior análise de cluster para de fato atingir o propósito da pesquisa quanto ao impacto nos indicadores sociais.

Segundo Hair (2005), de forma geral, a análise fatorial abrange o problema de analisar como ocorrem as inter-relações entre grande número de variáveis, através do delineamento

um conjunto de dimensões latentes comuns, quais são chamadas de fatores.

A análise fatorial permite a compreensão do comportamento comum das variáveis, através do adensamento dessas em fatores independentes. Baseando-se na existência de relação linear entre as variáveis de tal forma que se pode materializá-las em fatores, permitindo uma melhor compreensão da correlação entre as variáveis, além da explicação de comportamentos e fenômenos das variáveis originais por meio da identificação de componentes principais (HAIR *et. al*., 2005)

A exploração dos fatores permite clarear estruturas complexas de relações entre as variáveis. Assim cada fator, é explicado pelo agrupamento de um grande número de variáveis e expõe o que está implícito nessas, através da análise das variáveis evidentes, a existência de variáveis não observáveis e a medição (CORRAR, PAULO, FILHO 2007).

3.2.3. Análise de Agrupamentos

Com intuito de investigar o impacto do repasse recursos públicos a programas sociais do governo federal sobre indicadores sociais brasileiros, foi realizada a análise de agrupamentos, também chamada por diversos autores como análise de Cluster.

Segundo Hair *et. al*. (2005) a análise de cluster consiste em uma técnica analítica para o desenvolvimento de agrupamento de objetos ou indivíduos segundo suas características, formando grupos ou conglomerados homogêneos. Os objetos em cada conglomerado tendem a serem semelhantes entre si, porém diferentes dos demais objetos dos outros conglomerados. Assim, se a aglomeração for bem sucedida, quando representados, os objetos dentro dos conglomerados estarão muito próximos, e os conglomerados distintos estarão afastados.

Para tanto, há a necessidade de se utilizar algum método para clarificar qual a relação da integração entre os agrupamentos. A similaridade ou a distância entre as variáveis, em um espaço multidimensional, pode ser mensurada de diversos modos Hair *et. al*. (2005). Especificamente, neste trabalho, o procedimento foi respaldado na distância entre as observações.

Contudo, segundo Mingoti (2005) para a realização do cálculo das distâncias entre as variáveis da análise, existem diversos procedimentos, os quais podem ser classificados como hierárquicos e não-hierárquicos. Nas técnicas não-hierárquicas há a obrigatoriedade de antecipadamente se estabelecer a quantidade de grupos. Por outro lado, nas técnicas hierárquicas, são realizadas análises exploratórias para dedução dos possíveis e quantidade de grupos e de estruturas, sendo que essas podem ser formadas de maneira aglomerativa ou difusa.

Para o presente estudo optou-se o método hierárquico aglomerativo de ligação simples de Ward. Assim, a distância entre as observações, foi mensurada pela distância euclidiana, em virtude de ser a mais comumente utilizada, a qual pode ser representada matematicamente pela equação 1.

$$d_{(A,B)} = [\sum_{i=1}^{0} (X_{i(A)} - X_{i(B)})^2]^{1/2} \qquad (1)$$

Em que $d_{(A,B)}$ é a medida de distância euclidiana dos agrupamentos amostrais de A a B, sendo í o indexador das variáveis. Se a distância euclidiana aproximar a zero, implica em uma similaridade entre os elementos comparados.

Nessa técnica, o pesquisador tem a liberdade de estabelecer o número de agrupamentos de acordo com o propósito do estudo, pois não há nenhuma determinação ou limitação quanto à quantidade de grupos que devem ser considerados.

4. Resultados e discussão

4.1. Análise dos Indicadores Sociais do Brasil

Foram delimitados três clusters conforme a atender os objetivos desse estudo para os anos de 2002. Para a investigação do impacto dos recursos públicos sobre indicadores sociais, foi verificado como se comportou os indicadores sociais no ano de 2002, e o comportamento dos mesmo indicadores no ano de 2006, considerando o período de 3 anos de defasagem, pois a maioria da implementação de programas sociais ocorreu em 2004.

Destaca-se que a média dos investimentos aos programas sociais no Brasil, para os anos de 2002 e 2006, foi de R$223.934.061,12 e R$316.136.851,90, respectivamente, demonstrando crescimento médio de 41,17% entre os anos. Importante destacar o elevado desvio padrão em ambos os anos, (R$ 212.618.548,35 e R$ 286.065.020,60, respectivamente) e amplitude (valores mínimo e máximo). Com isso, observa-se que há estados que recebem uma quantidade maior de recursos que os outros, devido às diferenças populacionais e geográficas, bem como a existência de disparidades regionais em termos econômicos e sociais.

Tabela 2 – Repasse dos programas sociais em 2002 e 2006 (em 1.000 R$)

REPS	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
2002	17.069,68	806.191,06	223.934,06	212.618,54
2006	19.953,74	1.079.930,27	316.136,85	286.065,02

Fonte: Resultados de pesquisa

Na tabela 3 serão abordados os clusters formados nos anos de 2002 com os respectivos comportamentos das variáveis, e na próxima seção foi verificado o comportamento das variáveis dos grupos formados no ano de 2006, buscando verificar qual o impacto da transferência de recursos públicos aos programas sociais nos indicadores brasileiros dos anos de 2006.

Tabela 3: Análise descritiva dos clusters formados em 2002.

Cluster 1			
Variáveis	**Média**	**Desvio-padrão**	**CV (%)**
POP	9.162.131,50	11.188.577,54	122,12
TXBM	6,31	1,04	16,55
EVN	70,23	1,3	1,84
TAN	8,84	3,89	44,05
MAEP	6,45	0,61	9,48
GINI	0,53	0,03	5,45
TXD	7,93	2,34	29,48
TTI	13,38	4,98	37,2
PP	33,44	11,97	35,8
PPI	11,76	7,17	60,9
RMP	67,95	7,68	11,3
TMI	20,50	3,7	18,04
RMPO	639	111,01	17,37
Cluster 2			
Variáveis	**Média**	**Desvio-padrão**	**CV**
POP	4.347.452,00	2.163.053,78	49,75
TXBM	7,77	0,72	9,2
EVN	65,29	1,2	1,84
TAN	25,83	4,04	15,66
MAEP	4,68	0,51	10,92
GINI	0,58	0,02	3,92

TXD	7,05	1,91	27,1
TTI	19,08	3,69	19,36
PP	65,87	5,13	7,78
PPI	9,25	4,25	45,97
RMP	58,41	3,38	5,8
TMI	44,88	7,93	17,67
RMPO	369,75	46,78	12,65
	Cluster 3		
Variáveis	**Média**	**Desvio-padrão**	**CV**
POP	4.905.591,73	5.930.166,25	120,89
TXBM	5,79	0,84	14,49
EVN	68,92	1,09	1,58
TAN	12,70	6,19	48,74
MAEP	6,09	0,88	14,51
GINI	0,54	0,04	7,29
TXD	10,17	4,27	42,01
TTI	11,39	6,82	59,85
PP	49,49	11,36	22,96
PPI	26,98	5,67	21,00
RMP	61,34	5,37	8,76
TMI	27,84	8,18	29,39
RMPO	588,99	218,87	37,16

Fonte: Resultados de pesquisa

No ano de 2002, a média da população para os estados do Cluster 1, foi de 9.162.131,50, para o Cluster 2 foi de 4.347.452,00, e para o Cluster 3 foi de 4.905.591,73. Ressalta-se que o os Clustes 1 como o Cluster 3, apresentaram desvios padrão maiores que a média, 11.188.577,54 e 5.930.166,25, respectivamente, assim como elevados coeficientes de variação de 122,12 e 120,89 respectivamente, o que significa grande heterogeneidade na composição dos estados, contendo pequenos, médios e grandes estados.

Nesse sentido, buscou-se estudar alguns indicadores que apresentam questões relacionadas à qualidade de vida da população e serviços públicos básicos, tais como: taxa de mortalidade, esperança de vida ao nascer, taxa mortalidade infantil, taxa de analfabetismo pessoas 15 ou mais anos, média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais, Índice de Gini, taxa de desemprego, taxa de trabalho infantil, proporção de pobres, proporção de indigentes, rendimento médio da população, rendimento médio dos mais pobres e taxa de mortalidade infantil.

SEN (1995) conceitua qualidade de vida baseando-se em dois conceitos: capacitação e funcionalidades. A capacitação refere-se às habilidades que indicam a personalidade e as atitudes de individuo, sendo que esse termo reflete em cada pessoa possíveis associações diferentes de funcionalidades, que essa pode alcançar. Nessa direção, a qualidade de vida pode ser medida no quanto de capacitação a pessoa possui para alcançar as funcionalidades fundamentais (alimentação, saúde, habitação) e as que envolvem o status e a sociabilidade. Assim a capacitação abrange fatores mais amplos, de como a sociedade está organizada e estruturada, incluindo as oportunidades disponíveis reais, tanto passadas como presentes, que as pessoas têm para satisfazer as funcionalidades. (NUSSBAUM & SEN, 1995: 30 apud HERCULANO, 1998).

O Cluster 1 apresenta média de 6,31% de taxa bruta de mortalidade em conjunto com a maior esperança de vida ao nascer (70,23 anos) e a menor taxa mortalidade infantil (20,5%) dos clusters. Já o Cluster 2, demonstrou a maior taxa bruta de mortalidade (7,77%), esperança de vida ao nascer de 65,29 anos e a maior taxa mortalidade infantil (44,88%), o que indica

que os estados pertencentes a esse Cluster apresentam maiores debilidades relacionadas à qualidade de vida e saúde, o que implicam em uma maior mortalidade. Por outro lado, o Cluster 3 contêm a menor de taxa bruta de mortalidade (5,79%) junto a uma intermediaria esperança de vida ao nascer (68,92 anos) e a menor taxa mortalidade infantil (27,84%).

Para os indicadores relacionados a área de educação, o Cluster 1 apresenta a menor taxa de analfabetismo (8,84%), em consoante uma elevada média de anos de estudo da população (6,45 anos), o que reflete uma maior nível de escolarização e acesso à escola dentre os agrupamentos. O Cluster 2 demonstra a maior taxa de analfabetismo (25,83%), em conjunto a uma média de anos de estudo da população (4,68 anos), refletindo que a maioria dos estados desse Cluster apresentam um grau de escolaridade baixo. Já o Cluster 3 possui a maior média da taxa de analfabetismo (12,70%), por sua vez, destaca-se que esse cluster possui um elevado coeficiente de variação (48,74%), em conjunto a menor média de anos de estudos entre a população (6,09 anos) e o maior desvio padrão desse índice entre os agrupamentos (0,88%). O analfabetismo entre jovens e adultos é uma condição bastante latente na realidade brasileira, o que traz negativas implicações como a redução das possibilidades do analfabeto alcançar boas posições no mercado de trabalho.

Para os indicadores referentes a trabalho e renda, o Cluster 1 demonstra uma regular taxa de desemprego (7,93%) e taxa trabalho infantil (13,38%), porém esse cluster possui o melhor rendimento médio de todos trabalhos (R$ 639,00). O Cluster 2 é constituído pela menor taxa de desemprego (7,05%), no entanto possui a maior taxa de trabalho infantil (19,08%) e o menor rendimento médio de todos trabalhos (R$ 369,75). E o Cluster 3 é constituído pela maior taxa de desemprego (10,17%), e a menor taxa de trabalho infantil 11,39%, porém ressalta-se que ambos esses indicadores possuem elevados coeficientes de variação, 42,1% e 59,85%, respectivamente, e um regular rendimento médio de todos trabalhos R$588,99.

Para os indicadores relacionados a fatores como pobreza e concentração de renda, o Cluster 1 é formado pela menor proporção de pobres (33,44%), e uma média proporção de indigentes (11,76%), mas ambos os índices apresentaram elevados coeficientes de variação de 35,8% e 60,9%, respectivamente, demonstrando variações entre os estados que compõe esse Cluster sendo que essas duas variáveis refletem em um regular rendimento médio dos mais pobres R$ 67,95 e em um maior índice de concentração de renda de 0,53. O Cluster 2 demonstra a maior proporção de pobres (65,87), por outro lado, apresentou a menor proporção de indigentes (9,25%), todavia demonstrou um grande coeficiente de variação de 45,97%, implicando em um regular rendimento médio dos mais pobres (R$ 58,41) e em o maior índice de concentração de renda (0,58). No Cluster 3, a maioria dos estados demonstra proporção de pobres de 49,49% em conjunto a maior proporção de indigentes (26,98%), menor rendimento médio dos mais pobres (R$ 61,34) e médio Índice de Gini (0,54).

4.2. Descrição dos Fatores Sociais

Visando agrupar as variáveis dos indicadores sociais, foi realizado o procedimento de análise fatorial.

A análise fatorial resultou na extração de três fatores com raiz característica (*eigenvalues*) maiores que um e que respondem, em conjunto, por 75,31% da variância total dos dados, conforme visualizado na tabela 4.

Tabela 4 – Caracterização dos principais fatores extraídos pelo método dos componentes principais.

Fator	Raiz Característica	Variância Explicada Pelo Fator (%)	Variância Acumulada (%)
1	6,73	51,84	51,84
2	1,6	12,38	64,22

3	1,44	11,09	75,31

Fonte: Resultados de pesquisa

Para interpretação do resultado obtido, valores próximos de 1,0 indicam que o método de análise fatorial é perfeitamente adequado para o tratamento dos dados. Por outro lado, valores menores que 0,5, indicam a inadequação do método (SPSS, 2005 e HAIR *et. al* 2005). No exemplo, o valor obtido foi de 0,736, o que nos mostra uma boa adequação de possibilidades de conformação do método de analise fatorial para o tratamento dos dados do estudo.

De acordo com os resultados foi possível classificar três fatores e defini-los de acordo com a sua representação homogênea conforme ilustrado na tabela 5. Os fatores foram descritos e nomeados de acordo com a correlação das variáveis contidas nesses.

Tabela 5. Matriz de Componentes dos Fatores.

	Componentes		
Fatores	**1**	**2**	**3**
Taxa bruta de mortalidade			-0,40
Esperança de vida ao nascer	-0,93		
Taxa de analfabetismo	0,89		
Média de anos de estudo da população	-0,83		
Índice de Gini		-0,47	
Taxa de desemprego		0,83	
Taxa de trabalho infantil		-0,82	
Proporção de pobres	0,91		
Proporção de indigentes			0,90
Rendimento médio da população		0,51	
Taxa de mortalidade infantil	0,94		
Rendimento médio dos mais pobres		0,48	

Fonte: Resultados da pesquisa

Fator 1- Longevidade e escolaridade: nesse fator inclui-se variáveis que expressam questões relacionadas a dimensões de vida como mortalidade e esperança de vida, bem como indicadores de escolaridade, como anos de estudo e analfabetismo.

Fator 2 - Ocupação e desigualdade: este diretamente relacionado às variáveis que expressam aspectos de trabalho e rendimento, bem como o índice de gini que mede desigualdade de renda.

Fator 3 - Mortalidade e indigência: assinala variáveis relacionadas à mortalidade e indigência.

4.3. Agrupamentos Sociais

A tabela 6 apresenta as características dos agrupamentos, com a análise dos escores criados e categorizados em ruim, regular e bom, para descrever as variáveis que levaram à construção de cada agrupamento para o ano de 2002. Em seguida, buscou-se, verificar o comportamento das variáveis no ano de 2006, no intuito de verificar o impacto das transferências nos indicadores estudados.

Os Clusters com os respectivos indicadores sociais foram nomeados da seguinte forma: Indicadores Sociais Bons, Indicadores Sociais Ruins, e Indicadores Sociais Regulares.

Tabela 6- Divisão dos Clusters e comportamento das variáveis (antes e depois)

Cluster	**Variáveis**	**Escores 2002**	**Impactos 2006**

Cluster 1 - Indicadores Sociais Bons	População	Alta	Melhorou
	Taxa bruta de mortalidade	Regular	Melhorou
	Esperança de vida ao nascer	Bom	Melhorou
	Taxa de analfabetismo	Bom	Melhorou
	Média de anos de estudo da população	Bom	Melhorou
	Índice de Gini	Bom	Melhorou
	Taxa de desemprego	Regular	Melhorou
	Taxa de trabalho infantil	Regular	Melhorou
	Proporção de pobres	Bom	Melhorou
	Proporção de indigentes	Regular	Melhorou
	Rendimento médio da população	Bom	Melhorou
	Taxa de mortalidade infantil	Bom	Melhorou
	Rendimento médio dos mais pobres	Bom	Melhorou
Cluster 2 - Indicadores Sociais Ruins	População	Baixa	Melhorou
	Taxa bruta de mortalidade	Ruim	Melhorou
	Esperança de vida ao nascer	Ruim	Melhorou
	Taxa de analfabetismo	Ruim	Melhorou
	Média de anos de estudo da população	Ruim	Melhorou
	Índice de Gini	Ruim	Piorou
	Taxa de desemprego	Bom	Piorou
	Taxa de trabalho infantil	Ruim	Melhorou
	Proporção de pobres	Ruim	Melhorou
	Proporção de indigentes	Bom	Melhorou
	Rendimento médio da população	Ruim	Melhorou
	Taxa de mortalidade infantil	Ruim	Melhorou
	Rendimento médio dos mais pobres	Ruim	Melhorou
Cluster 3 - Indicadores Sociais Regulares	População	Média	Melhorou
	Taxa bruta de mortalidade	Bom	Melhorou
	Esperança de vida ao nascer	Regular	Melhorou
	Taxa de analfabetismo	Regular	Piorou
	Média de anos de estudo da população	Regular	Melhorou
	Índice de Gini	Regular	Melhorou
	Taxa de desemprego	Ruim	Melhorou
	Taxa de trabalho infantil	Bom	Piorou
	Proporção de pobres	Regular	Melhorou
	Proporção de indigentes	Ruim	Melhorou
	Rendimento médio da população	Regular	Melhorou
	Taxa de mortalidade infantil	Regular	Melhorou
	Rendimento médio dos mais pobres	Regular	Melhorou

Fonte: Resultados da pesquisa.

É comum nas análises em ciências sociais, a exemplo da administração e economia, dar nomes a cada agrupamento, de acordo com suas características. Como também realizar uma análise descritiva comparativa, para a validação dos agrupamentos, tomando, como referência, variáveis selecionadas (FERREIRA *et. al*., 2008). Assim, abaixo foi feita uma análise descritiva das especificidades de cada Cluster e dos impactos no ano de 2006 dos aumentos dos gastos sociais de 2004.

Cluster 1 - Indicadores Sociais Bons (10 estados brasileiros)

Esse Cluster é constituído pelos estados de Rondônia, Tocantins, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo.

Nomeou-se esse Cluster de indicadores sociais bons, pois fazem parte desse Cluster os estados com melhores indicadores, tendo a seguinte distribuição de indicadores: 8 bons, 4 regulares e nenhum ruim. Qualificou-se como bom, no sentido que o escore apresentado por esses indicadores desse Cluster indicam melhores condições de vida em detrimento aos outros agrupamentos. É constituído pela maior população, um maior nível escolarização, melhor qualidade de vida com boas condições de atendimento a saúde, boas oportunidades e médias condições de ingresso ao mercado de trabalho, melhor equidade na distribuição de renda, em relação aos outros Clusters. Além disso, foi o que demonstrou a melhor evolução de todos indicadores sociais.

Cluster 2 - Indicadores Sociais Ruins (6 estados brasileiros)

Esse agrupamento é formado pelos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Maranhão e Paraíba.

Fazem parte desse agrupamento os estados com a maior quantidade de indicadores sociais ruins, com a seguinte composição: 2 bons, 10 ruins e nenhum regular. Em decorrência disso, esse Cluster é composto por estados que possuem menor população, menor nível de escolarização, condições de vida mais precárias e uma maior desigualdade de renda, no entanto, demonstrou o menor nível de desemprego e de miséria, em relação aos outros Clusters.

Em consoante, esse Cluster apresentou um regular aumento da maioria dos indicadores sociais, por outro lado, dois indicadores, índice de Gini e taxa de desemprego demonstraram uma ligeira redução.

Cluster 3 - Indicadores Sociais Regulares (11 estados brasileiros)

Esse grupo é composto pelos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Sergipe, Mato Grosso, Distrito Federal, Pará, Ceará, Bahia, Minas Gerais e Amapá.

Fazem parte desse grupo os estados com a maior quantidade de indicadores regulares com a seguinte combinação: 2 bons, 2 ruins e 8 regulares. O que implica em estados que possuem médias populações, menor nível de crianças exercendo atividades, boas condições de vida, regular escolarização, regular desigualdade de renda, contudo apresenta o maior desemprego e maior contingente de pessoas em situação de miséria em detrimento dos outros Clusters.

Esse grupo de estados exibiu uma média mudança positiva na maioria das variáveis, no entanto, a taxa de analfabetismo e a de trabalho infantil diminuiu entre os anos estudados.

5. Considerações finais

A análise das transferências de recursos públicos em programas sociais do Governo Federal foi possível observar que há estados que recebem uma quantidade maior de recursos que os outros, devido às diferenças populacionais e geográficas, bem como a existência de disparidades regionais em termos econômicos e sociais.

Em consoante, a análise dos indicadores sociais brasileiros utilizados no estudo possibilitou a percepção de um panorama geral do contexto de desigualdades sociais e econômicas brasileiras, como também a atuação dos programas sociais implementados.

Foi possível perceber que os investimentos em programas sociais realizados no Brasil, resultaram em um impacto social positivo. Isto é, vários indicadores tiveram trajetória positiva na maioria dos estados, destacando-se: a diminuição da taxa bruta de mortalidade e mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida ao nascer, diminuição do analfabetismo, aumento da média de anos de estudo da população, diminuição do nível de desemprego, aumento do rendimento médio da população, queda da população pobre e indigente, o aumento da renda e dos pobres, a queda da concentração de renda.

Por outro lado, essa trajetória positiva apresentou-se melhor para os estados que já possuíam indicadores sociais bons, e regular para os demais conjuntos de estados para os que

demonstraram indicadores sociais ruins e regulares em sua maioria,os quais são mais vulneraveis socialmente, o que vai de encontro com os objetivos de inclusão social e quebra do ciclo inter-geracional da pobreza, propostos pelo MDS, pois reflete que as políticas publicas estão beneficiando mais os estados que já possuem uma melhor qualidade de vida.

6. Referências bibliográficas

AGUIAR, M.; ARAÚJO, C. H. **Bolsa escola: educação para enfrentar a pobreza**. Brasília UNESCO, 2002

AGUILAR, M. J; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociai**s. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

ARAÚJO, T. P.. **Desigualdade de renda e pobreza**. Disponível em: < http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/downloads.html> Acesso em: 20 jul. 2008.

BUSSO, G. – **Vulnerabilidad social: nociones e implicâncias de políticas para Latinoamerica a inícios Del siglo XXI**. In:Seminário Internacional "Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social em América Latina y el Caribe". Santiago de Chile. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. CEPAL.

BRONZO, C. **Vulnerabilidade e proteção social. Reflexões a partir de experiências latinoamericanas**. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração, 2008, Rio de Janeiro/RJ: ENANPAD, 2008, CD-ROM.

CADERNOS DE ESTUDOS DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE. – N. 5 (2007) -. Brasília, DF: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2007.

CANO, I. **Introdução à Avaliação de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, J. A; RIBERIRO, J. A; DUARTE, B. C. **Gasto social e política macroeconômica: trajetórias e tensões no período 1995 – 2005**. Texto para Discussão nº 1324. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 312 p.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU. **Gastos programas sociais do governo** federal. Disponível em: < HYPERLINK "http://www.portaltransparencia.gov.br/" http://www.portaltransparencia.gov.br> Acesso em: 10 Mar. 2008.

CORRAR, L. J; PAULO, E; DIAS, J. M.F. (Coords). **Análise Multivariada: para os cursos de administração**, **ciências contábeis e economia**. São Paulo: Editora Atlas,. 541 p, 2007.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, 962-969, 2003.

COTTA, T. C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: Análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, v 49, 105-126, 1998.

DATASUS. Indicadores e Dados Básicos do Brasil. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2007/matriz.htm> Acesso em: 20 jun. 2008.

DRUCK, G; FILGUEIRAS, L. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Rev. Katál. Florianópolis** v. 10 n. 1 p. 24-34 jan./jun. 2007

FERNANDES, Florestan. O roteiro da pobreza. Folha de S.Paulo, Banco de Dados Folha, Acervo Online, 11/08/1995.

FERREIRA, M. A. M., ABRANTES, L. A., PEREZ R. Investigação de grupos estratégicos na indústria de laticínios por meio da abordagem multivariada. **Revista de administração Mackenzie**, São Paulo, v 9 , n 2, 152 – 172, 2008.

FLEURY, S. Pobreza, desigualdades ou exclusão? **Ciência e Saúde Coletiva**, vol.12, n.6, 1422 – 1425, 2007.

GIAMBIAGI, F; ALÉM, A. C. D. **Finanças Públicas**: Teoria e Prática o Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

HAIR, Jr. J. F.; ANDERSON, R. E. ; TATHAM, R. L.; CLACK, W. C. **Análise Multivariada de dados**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005b.

HERCULANO, S. A qualidade de vida e seus indicadores. **Ambiente & sociedade**, vol.1, n.2, 77-100, 1998

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA- INEP. **Censo escolar**. Disponível em: < http://www.inep.gov.br > Acesso em: 10 Ago. 2008.

IPEADATA. **Dados e indicadores sociais**. Disponível em: < http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?1300142046> Acesso em: 17 Ago. 2008.

LAVINAS, L. **Transferência de Renda: o quase tudo do sistema de proteção social brasileiro**. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A157.pdf> Acesso em: 23 nov. 2007.

MIDEPLAN - Ministerio de Planificación y Cooperación. División Social. Departamento de Evaluación Social (Chile). 2002. **Síntesis de los principales enfoques, métodos y estratégias para la superación de la pobreza.**

MINGOTI, S. A**. Análise de dados através de métodos de estatística multivariada:uma abordagem aplicada**, Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME — MDS. **Lista de beneficiários do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> Acesso em: 06 jun. 2008.

MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches. **Alocação de recursos e eficiência na gestão do Programa Bolsa Família**. 78f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa MG, 2008.

POCHMANN, M. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v.12, n.6, p. 1477 – 1489, 2007

Rede Européia Anti-pobreza/Portugal – REPN. **Indicadores sobre a pobreza: Portugal e União Européia**. Disponível em: <http:// www.reapn.org> Acesso em:17 jun. 2008.

PNUD. **Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento: pobreza e desigualdade.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens. Acesso em: 05 Set. 2007.

RIOS, S. Polónia. **As relações entre comércio, desigualdade e pobreza na América Latina: Balanço e carências de um debate**. Disponível em: <http:// www.latn.org.a> Acesso em: 20 mai. 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta e revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. O. S; YAZBEK, M. C; GIOVANNI; G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN. **Finanças Brasil (FINBRA) - Estados e municípios**.

Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp> Acesso em: 15 Mar. 2008.

SOUSA, R. P. Avaliação e gestão de políticas públicas: notícias de uma relação muito delicada. **XI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Ciudad de Guatemala, 7 - 10 Nov. 2006

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística.** Rio de Janeiro: Editora LTC, 2005. 656p.